

ACESSO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO EM GOIÁS: PERSPECTIVAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

João Ferreira de Oliveira – UFG

joafo@terra.com.br

Resumo: O presente texto analisa a evolução da oferta de educação superior, no turno noturno, em Goiás, tendo por base as reformas implementadas sobretudo a partir da década de 1990. Busca-se compreender, em especial, como vem se estruturando a oferta de educação superior noturno em Goiás e sua relação com as políticas públicas de educação superior no Brasil¹. O propósito básico é verificar se a expansão das matrículas dos cursos noturnos nas Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, vem contribuindo com uma efetiva democratização do acesso a esse nível de ensino.

Palavras-chave: educação superior; acesso; democratização

Para a realização desse estudo foram utilizadas as bases de dados sobre a educação superior no país² e, particularmente, em Goiás, destacadamente as que são organizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (Seplan/GO) e Secretaria de Ciência e Tecnologia de Goiás (Sectec/GO). Além disso, foram consultados e analisados documentos nacionais e do estado de Goiás, assim como a legislação pertinente ao período estudado. Nesse percurso, os dados estatísticos tornaram-se importantes para se compreender a evolução da educação superior em Goiás, mais especificamente a expansão da oferta de ensino noturno, destacadamente os dados de IES, cursos, matrículas, processos seletivos, vagas, dentre outros.

O texto está estruturado em três tópicos. No primeiro, analisa-se, à luz da literatura da área e de documentos oficiais, a oferta de educação superior em Goiás no período de 1960 a 1980. Na sequência, são apresentados e examinados alguns dos aspectos e dos indicadores que caracterizam a reforma da educação superior a partir dos anos de 1990, bem como a sua materialização em Goiás. Finalmente, avalia-se o processo de expansão da educação superior, considerando a demanda populacional para esse nível de ensino e a situação de renda dessa

¹ Em que pese o crescimento da oferta de educação superior no Brasil e em Goiás, na última década, ainda são pouco expressivas as taxas de atendimento da população na faixa etária de 18 a 24 anos. De acordo com dados do INEP (2007), essa taxa é de 12,1% no Brasil, bem distante do percentual de 30% estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que deve ser alcançado até 2011. Na região Centro Oeste essa taxa é de 14,0%. Já em Goiás a taxa de escolarização líquida, em 2005, foi de 13,3% (BRASIL. INEP/MEC, 2006).

² O termo ensino superior foi substituído na LDB, de 1996, pelo termo educação superior. Nesse texto, tomou-se esses termos como sinônimos, embora numa análise mais detalhada se possa atribuir significados diferentes.

mesma população, que se constituem obstáculos e/ou desafios para um processo mais amplo de democratização da educação superior no estado de Goiás.

1. A educação superior em Goiás: da reforma universitária aos anos de 1980

A oferta de educação superior em Goiás é pouco expressiva até a década de 1960³. Os anos de 1950 foram marcados por intensos debates pelos defensores do ensino superior e como resultado desse processo cria-se a Universidade Católica de Goiás (UCG), em 1959, e a Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960. Já nos anos de 1960, Goiás registra uma *expansão restrita*, com a criação de uma faculdade privada – Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão –, em Anápolis, e duas públicas – Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA) e Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Esefego) –, em Anápolis e Goiânia.

Na década de 1970, após a reforma universitária de 1968, houve apenas criação da Fundação Municipal de Ensino Superior (Fesurv), no município de Rio Verde, em 1973. Nesse período registra-se uma adaptação da UCG e da UFG aos dispositivos da lei n. 5.540/60, que instituiu, dentre outros mecanismos, a figura do departamento, o vestibular classificatório, o regime de crédito e a matrícula por disciplina.

Segundo Baldino (1991, p.109-112), em 1979 havia em Goiás 11 IES, sendo duas universidades e nove estabelecimentos isolados. Havia, ainda, 70 cursos, sendo 49 em universidades e 21 em estabelecimentos isolados. Registravam-se, também, nesse mesmo ano 21.684 matrículas, sendo 16.160 em universidades e 5.524 em estabelecimentos isolados. Em 1978, registra-se 2.589 concluintes em cursos de graduação, sendo 1.824 em universidades e 765 em estabelecimentos isolados.

Nos anos de 1980, no âmbito do ensino superior em Goiás, verifica-se a criação de novas autarquias estaduais, fundações municipais⁴ e instituições isoladas no setor privado, constituindo o que Baldino (1991) denomina “anos de euforia”. Esse processo de expansão se

³ Até a década de 1930 existia apenas a Faculdade de Direito de Goyaz. Em 1936 houve a equiparação do referido curso com as demais faculdades do país (BALDINO, 1991).

⁴ A esse respeito conferir estudo de Dourado (2001).

dá, sobretudo, nas Regiões Sul, Sudeste, Sudoeste e Oeste Goiano⁵. Tal expansão fundamenta-se no discurso da modernização e do desenvolvimento regional. Acredita-se que a educação superior pode tornar os municípios mais atrativos aos investimentos, ampliar a oferta de serviços e de empregos e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida da população local. Trata-se, pois, da crença de que o ensino superior colabora diretamente com o desenvolvimento do município e da região do seu entorno.

2. A expansão da educação superior em Goiás a partir dos anos de 1990

É notória a entrada de Goiás em um *ciclo de expansão acelerada* da educação superior nos anos de 1990, em especial a partir da segunda metade dessa década. Esse crescimento da oferta se caracteriza pela expansão das IES privadas existentes e pelo surgimento de várias outras instituições desse setor, pela interiorização da oferta, sobretudo por meio das IES municipais e unidades universitárias da Universidade Estadual de Goiás (UEG), criada em 1999, e, ainda, pelo crescimento das vagas nos cursos de graduação na UFG⁶.

Os dados concernentes às instituições, cursos, matrículas, processos seletivos, vagas, dentre outros, ajudam na compreensão e caracterização da expansão da educação superior em Goiás, como veremos a seguir.

2.1 Instituições de Ensino Superior: predominância de instituições isoladas, diversificadas, privadas e interiorizadas

O Censo da Educação Superior de 2006 (INEP-2007) registrou um total de 69 IES em Goiás, sendo, oito públicas (11,6%) e 61 (88,4%) privadas (Tabela 01). Das oito instituições públicas, quatro eram federais⁷, uma era estadual e três eram municipais; das 61 privadas, 54 eram particulares e sete eram comunitárias/confessionais/filantrópicas. Do total das IES de

⁵ Nos municípios goianos, por meio de fundações, foram criadas as seguintes IES: FESURV; Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES); Fundação Educacional de Anicuns (FEA); Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG); Fundação de Ensino Superior de Itumbiara (FESIT); Fundação Educacional de Catalão (Centro de Ensino Superior de Catalão); Fundação Educacional de Jataí (FEJ) (Centro de Ensino Superior de Jataí); Fundação Educacional de Luziânia.

⁶ No final da década de 1990, no contexto da reorganização da educação superior, o Estado de Goiás teve aprovada a Lei Complementar n. 26/98, que estabeleceu as Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.

⁷ Goiás conta com apenas uma universidade federal, a UFG.

Goiás, observa-se que 20 (29,0%) estavam instaladas na capital e 49 (71,0%) no interior do Estado. Verifica-se, ainda, que a maioria das IES de Goiás oferece cursos noturnos, sobretudo nas IES privadas, tanto na capital quanto no interior.

Tabela 01 - Instituições de Ensino Superior segundo a categoria administrativa - 1991 a 2006

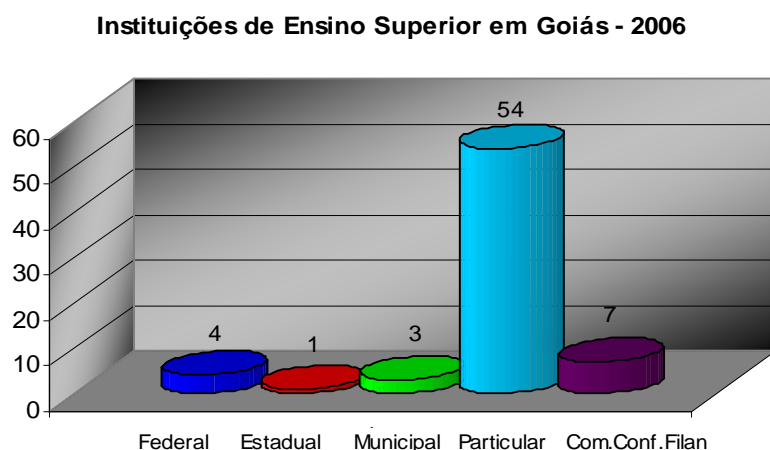
Ano	Total	Pública				Privada		
		Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Con/ Filant	Total
1991	30	1	9	10	20	10	-	10
1992	30	1	9	10	20	10	-	10
1993	29	1	10	10	21	8	-	8
1994	33	1	11	12	24	9	-	9
1995	35	1	13	13	27	8	-	8
1996	36	1	13	12	26	10	-	10
1997	35	1	13	12	26	5	4	9
1998	38	1	13	12	26	10	2	12
1999	42	2	13	6	21	15	6	21
2000	35	2	1	6	9	22	4	26
2001	47	3	1	6	10	33	4	37
2002	56	3	1	6	10	41	5	46
2003	63	4	1	9	14	44	5	49
2004	61	4	1	9	14	40	7	47
2005	66	4	1	3	8	51	7	58
2006	69	4	1	3	8	54	7	61
%Δ 1991 a 1996	20,0	0	44,4	20,0	30,0	0,0	0,0	0,0
%Δ 1996 a 2006	91,7	300,0	-92,3	-75,0	-69,2	440,0	0,0	510,0

Fonte: INEP/MEC⁸

O gráfico 01 realça o quantitativo de IES em funcionamento no estado de Goiás, em 2006, evidenciando que mais de 70% delas são privadas. Além disso, a maioria dessas IES pode ser classificada como instituição isolada (faculdades, escolas e/ou institutos) e instalada no interior do estado (49 IES).

Gráfico 01

⁸ A Fundação de Educação Superior de Rio Verde (Universidade de Rio Verde) se encontrava cadastrada junto ao MEC como instituição privada, desde 2005, embora esteja formalmente vinculada ao poder público municipal.



Fonte: INEP/MEC

O Censo da Educação Superior (INEP, 2007) também registra um cenário bastante diversificado de IES instaladas em Goiás por categoria administrativa: quatro delas eram universidades – duas públicas e duas privadas; duas eram centros universitários – privados; 55 eram faculdades integradas, faculdades, escolas ou institutos – sendo 52 privadas e três municipais; três eram centros de educação tecnológica – todos públicos e cinco eram faculdades de tecnologia – todos privados.

Das 69 IES situadas em Goiás (2006), oito (11,6%) são públicas, sendo duas delas localizadas na capital e seis no interior. As IES privadas perfazem um total de 61 (88,4%), sendo 18 destas instaladas na capital e 43 no interior. Goiás conta com apenas uma universidade federal, a UFG, que possui quatro *campi* no interior nas cidades de Jataí, Catalão, Rialma e Cidade de Goiás. A UEG, por sua vez, até julho de 2008, estava presente em 39 municípios com 40 Unidades Universitárias (UnU).

2.2 Cursos de Graduação: predominância de cursos noturnos no interior e privatização da oferta

Em 2006, as 69 IES goianas ofereceram um total de 754 cursos de graduação presenciais, sendo que 441 (58,5%) foram oferecidos no turno noturno. A Tabela 02 apresenta o quantitativo de cursos ofertados nas IES goianas segundo a categoria administrativa, os cursos no turno noturno e a sua evolução de 1991 até 2006. Verifica-se que ao longo do período em análise (1991-2006) foi ocorrendo uma diminuição no percentual de cursos no

turno noturno, chegando a 58,5 em 2006. De qualquer forma, sempre houve uma predominância da oferta de cursos no período noturno.

Tabela 02 – Cursos ofertados nas IES goianas segundo a categoria administrativa e no turno noturno – 1991 a 2006

Ano	Total	Categoria Administrativa		Turno Noturno*	% Noturno
		Pública	Privada		
1991	133	92	41	93	69,9
1992	135	91	44	98	72,6
1993	141	94	47	95	67,4
1994	151	100	51	110	72,8
1995	169	118	51	94	55,6
1996	179	120	59	115	64,2
1997	166	110	56	113	68,1
1998	177	110	67	120	67,8
1999	219	118	101	136	62,1
2000	296	166	130	185	62,5
2001	384	216	168	231	60,2
2002	533	327	206	288	54,0
2003	613	366	247	328	53,5
2004	646	365	281	346	53,6
2005	712	379	333	392	55,1
2006	754	380	374	441	58,5
1991/1996 Δ %	34,6	30,4	43,9	23,7	-
1996/2006 Δ %	321,2	216,7	533,9	283,5	-

Fonte: INEP/MEC . * O mesmo curso pode ser oferecido no turno diurno

O crescimento da oferta de cursos, no período em análise (1991-1996 e 1996-2006), no setor privado (43,9% e 533,9%) é bem superior ao crescimento no setor público (30,4% e 216,7%). A Tabela 02 evidencia que o índice de crescimento no setor privado reflete o momento expansionista ocorrido a partir de 1997. Esse setor ofertou, por exemplo, 67 cursos em 1998 e saltou para 101 no ano seguinte. De modo geral, no entanto, o setor privado ofereceu menos cursos de graduação que o setor público, durante todo o período analisado. Considerando o total de cursos (754), em 2006, verifica-se uma forte presença de cursos noturnos em Goiás (441). Quanto ao percentual de oferta de cursos no turno noturno (Tabela 02), evidencia-se forte presença de oferta nos anos de 1992 e 1994, com 72,6% e 72,8%, respectivamente. Pode-se aferir ainda que no período analisado a oferta por cursos noturnos sempre superou o índice de 50%. O menor índice de oferta foi de 53,5%, em 2003.

Em 2006 (Tabela 02 e Tabela 03), o setor público foi responsável pela maior parte da oferta de cursos de graduação na capital, ou seja, 380, sendo 64 cursos no sistema federal e 10 no sistema estadual. Já no interior foram ofertados 306 cursos, sendo 233 no sistema estadual, 37 no municipal e 36 no federal. Dos cursos ofertados pelo setor privado (374), 171 foram oferecidos na capital, sendo 94 nas IES particulares e 77 nas comunitárias/confessionais/filantrópicas. Já no interior foram oferecidos 203 cursos, sendo 146 nas particulares e 57 nas comunitárias/confessionais/filantrópicas. Do total de cursos de graduação com permissão para funcionamento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE), em 2006, 245 (32,5%) foram ofertados pelas IES na capital e 509 (67, 5%) no interior.

Tabela 03 - Distribuição da oferta de cursos de graduação presencial na capital e interior de acordo com a categoria administrativa em Goiás - 2006

Categoria Administrativa	Capital	%	Interior	%
Federal	64	26,1	36	7,1
Estadual	10	4,1	233	45,8
Municipal	-	-	37	7,3
Particular	94	38,4	146	28,7
Comunit/Confess./Filantrópica	77	31,4	57	11,2
Total	245	100,0	509	100,00

Fonte: INEP/MEC (2007)

A Tabela 04, a seguir, apresenta a distribuição dos cursos ofertados em 2006 segundo as modalidades e turnos de funcionamento. A área de conhecimento com maior oferta de cursos é a da educação seguida pelas ciências sociais, negócios e direito, com 310 e 194 cursos respectivamente. A área com menor oferta de cursos é a de humanidades e artes com 17 cursos. A área de conhecimento da educação onde concentra as licenciaturas está mais presente no turno diurno (152 cursos) do que no turno noturno (140 cursos). Na área de ciências sociais, negócios e direito, onde os bacharelados são maioria, percebe-se forte presença de oferta no turno noturno, com 137 cursos (70,6%) dos 194 ofertados. Do total geral de cursos ofertados em Goiás, em 2006 (754), pode-se dizer que há predominância de oferta de curso no turno noturno. Vale ressaltar que o mesmo curso pode ser ofertado nos dois turnos de funcionamento. Na oferta de cursos de graduação, em geral, predomina os cursos de bacharelado, licenciatura, superior de tecnologia e específico da profissão.

Tabela 04 – Goiás: Áreas Gerais de Conhecimento dos cursos de graduação presenciais segundo a modalidade e turnos de funcionamento - 2006

Áreas Gerais de Conhecimento	Total de cursos	Modalidade							
		Licenciatura		Bacharelado		Superior de Tecnologia		Específico da Profissão	
		Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
Agricultura e Veterinária	30*	-	-	18	-	2	4	5	-
Ciências sociais, neg. e direito	194	6	4	52	137	5	36	4	3
Ciências, matem. e computação	75	9	12	23	31	7	21	2	1
Educação	310*	152	140	1	1	-	-	-	-
Eng., produção e construção	42	-	-	12	11	7	12	3	1
Humanidades e artes	17	4	4	7	8	-	2	-	-
Saúde e bem estar	56*	5	2	36	17	-	1	7	-
Serviços	30	-	-	4	10	4	12	-	-
Total	754	176	162	153	217	25	88	21	5

Fonte: INEP/MEC – 2007. OBS: o mesmo curso pode ser ofertado nos dois turnos de funcionamento.

*Existência de curso(s) listado(s) porém, sem especificação de turno de funcionamento

2.3 – Matrículas: percentuais similares por turno, crescimento na capital, predominância das IES privadas e subsídios públicos para IES privadas por meio de bolsas

Conforme Tabela 04 e Gráfico 02, o estado de Goiás possuía, em 1991, 35.301 universitários matriculados, sendo que 18.601 pertenciam ao turno noturno (52,7%)⁹. Em 2006, esse número passou para 82.256, o que corresponde a um crescimento de 342,2% em relação a 1991. Observa-se, ainda, que houve um crescimento constante de matrículas no turno noturno a partir de 1995. O aumento no número de estudantes matriculados no turno noturno no período 1991 a 2006 não trouxe alteração significativa para os percentuais de oferta. Se em 1991, 52,7% dos estudantes estavam matriculados em cursos noturnos, em 2006 chegamos a um percentual de 53,8%.

Tabela 04 – Matrículas nas IES, segundo os turnos de funcionamento diurno e noturno - 1991 a 2005

Ano	Total	Turnos			
		Diurno	%	Noturno	%
1991	35.301	16.700	47,3	18.601	52,7
1992	33.993	15.467	45,5	18.526	54,5
1993	35.357	16.577	46,9	18.780	53,1
1994	38.430	16.070	41,8	22.360	58,2
1995	40.640	19.317	47,5	21.323	52,5
1996	43.706	19.002	43,5	24.704	56,5

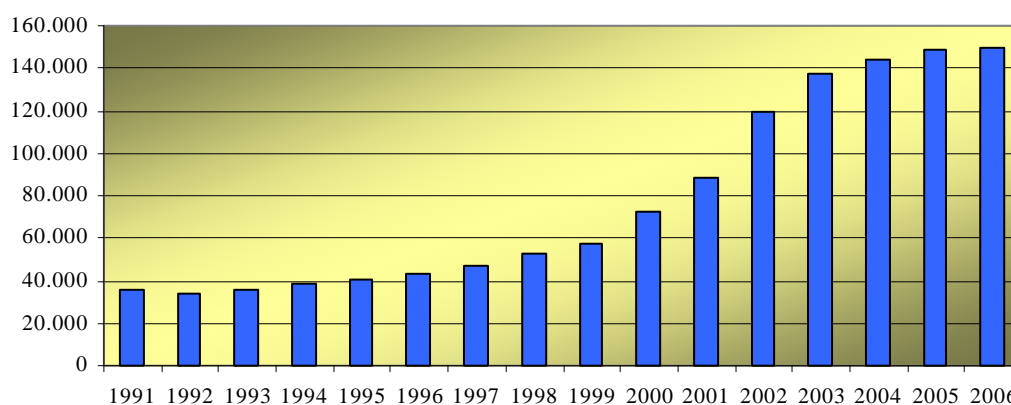
⁹ Os dados se referem às matrículas em cursos de graduação presenciais.

1997	46.806	20.008	42,7	26.798	57,3
1998	52.777	23.502	44,5	29.275	55,5
1999	57.634	25.454	44,2	32.180	55,8
2000	72.769	31.919	43,9	40.850	56,1
2001	88.923	40.569	45,6	48.354	54,4
2002	119.297	58.300	48,9	60.997	51,1
2003	137.724	66.022	47,9	71.702	52,1
2004	144.406	69.406	48,1	74.939	51,9
2005	149.034	68.858	46,2	80.176	53,8
2006	149.384	67.128	46,2	82.256	53,8
1991/1996 Δ %	23,8	13,8	-8,0	32,8	7,2
1996/2006 Δ %	241,8	253,3	6,2	233,0	-4,8

Fonte: INEP/MEC

Gráfico 02

Matrículas na Educação Superior 1991 a 2006



Fonte: INEP/MEC

Pode-se aferir a partir dos dados constantes na Tabela 04 que as matrículas nos cursos noturnos aumentaram significativamente para atender a demanda existente. O percentual de matrículas no turno noturno variou de 51,1% em 2002 (menor índice) a 58,2% em 1994 (maior índice), sendo 54,4% a média de variação de matrículas efetivadas neste turno e de 45,6% no diurno nas IES em Goiás, no período de 1991 a 2006. Os índices de crescimento entre os turnos apresentam maior índice para o turno diurno (6,2%), no período de 1996-2006, e decréscimo para o noturno (-4,8%). Já no período anterior (1991-1996) a situação foi inversa, ou seja, maior índice para o noturno (7,2%) e menor para o diurno (-8,0%).

Tabela 05: Distribuição da oferta de matrículas na capital e interior de acordo com a categoria administrativa em Goiás - 2006

Categoria Administrativa	Capital	%	Interior	%
Federal	13.078	16,7	3.536	5,0
Estadual	2.091	2,7	23.387	32,9
Municipal			4.514	6,4
Particular	24.352	31,1	26.842	37,8
Comunit/Confess./Filantrópica	38.844	49,6	12.740	17,9
Total Geral	78.365	100,0	71.019	100,0

Fonte: INEP/MEC

Os dados da Tabela 05 registram, ainda, um aumento de 4,9% de matrículas entre as IES da capital (78.365) em relação as do interior (71.019). Do total de matrículas em 2006, o maior número concentra-se nas IES privadas, tanto na capital (63.196 – 80,6%) quanto no interior (39.582 – 55,7%), ou seja, a maioria dos universitários frequenta as IES privadas, ficando as públicas responsáveis por 19,4% das matrículas na capital (15.169) e 44,3% no interior (31.437).

Porém, o maior quantitativo de alunos, ainda, se encontra matriculado no setor privado. Os dados de 2006 (INEP, 2007) mostram 102.778 (68,8%) matrículas no setor privado contra 46.606 (31,2%) no público, ou seja, o setor privado possui 37,6% a mais de alunos matriculados em relação ao público.

A Tabela 06 demonstra o quantitativo de bolsas concedidas pelo governo de Goiás por meio de programa próprio de Bolsa Universitária. O Programa Bolsa Universitária foi implantado pelo governo estadual, por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), em 1999 (Decreto n. 5.028, de 25/03/1999). O Programa utiliza recursos do Tesouro Estadual para atender estudantes que não têm condições de manter os estudos em universidades particulares no estado de Goiás. Até o ano de 2007, o Programa atendeu um total de 70.578 estudantes universitários nas IES privadas conveniadas. Importante ressaltar, ainda, a quantia financeira aplicada pelo governo, que totalizou R\$ 240.766.510,70, no período de 1999 a 2007. A maior concessão de bolsas do Programa ocorreu em 2003, ano posterior ao período eleitoral. Em 2007, houve drástica diminuição na oferta de bolsas, no primeiro ano do governador Alcides Rodrigues Filho (do Partido Progressista).

Considerando o número total de matrículas (102.778) do setor privado e o número de bolsas universitárias concedidas pelo governo de Goiás e, ainda, pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (ProUni), pode-se afirmar que cerca de 50% das matrículas em IES privadas no estado de Goiás contam com apoio financeiro do setor público.

Tabela 06 - Bolsas concedidas e recursos financeiros aplicados no Programa Bolsa Universitária (1999-2007)

Ano	Bolsas concedidas	Recursos financeiros aplicados (R\$)
1999	4.711	2.400.000,00
2000	3.455	7.582.069,94
2001	10.350	11.147.027,72
2002	3.532	25.750.000,00
2003	15.066	43.623.273,74
2004	7.005	38.491.256,97
2005	13.698	42.418.445,59
2006	12.581	38.066.301,10
2007	180	31.288.135,64
Total	70.578	240.766.510,70

Fonte: Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) / Bolsa Universitária - 2008

2.4 - Processos seletivos: demanda irregular

Observa-se, na Tabela 07, uma demanda crescente por vagas no ensino superior no período de 2000 a 2003. Em 2004 ocorreu um declínio da demanda nos dois turnos voltando a crescer em 2005, nos dois turnos. É bastante irregular a demanda para o turno noturno, sendo que a maior demanda ocorreu no ano de 2002 para o turno noturno e em 2003 para o diurno.

Tabela 07 – Inscritos nos processos seletivos, segundo os turnos de funcionamento - 2000 a 2006

Ano	Total	Turno			
		Diurno	%	Noturno	%
2000	110.981	57.656	52,0	53.325	48,0
2001	124.012	61.809	49,8	62.203	50,2
2002	156.784	67.538	43,1	89.246	56,9
2003	157.671	78.813	50,0	78.858	50,0
2004	149.932	78.688	52,5	71.244	47,5
2005	152.525	74.752	49,0	77.773	51,0
2006	150.694	76.418	50,0	74.276	47,5
2000/2006 Δ %	35,8	32,5	-	39,3	-

Fonte: INEP/MEC

A média percentual de procura por educação superior nos turnos de funcionamento ficou em 49,6% no diurno e 50,2% no noturno no período entre 2000 e 2006 confirmando, assim, maior procura por esse turno de funcionamento.

Cabe lembrar que as IES gozam de autonomia na realização de seus processos seletivos, ou seja, elas podem definir os critérios e formas de seleção de seus futuros alunos. Isso está estabelecido a partir dos anos 1990 por meio da Constituição Federal de 1988, pela LDB e, ainda, Estatutos e Regimentos das instituições.

2.5 – Vagas oferecidas: crescimento maior no turno noturno e aumento das vagas não preenchidas

Quanto à oferta de vagas nas IES segundo os turnos diurno e noturno, consta na Tabela 08 o percentual de vagas oferecidas, o quantitativo de ingressos no vestibular e outros processos seletivos e o saldo de vagas remanescentes nas IES em Goiás no período de 2000 a 2006. Verifica-se que o total da vagas cresceu de 2000 a 2006 (29.802 para 86.397). No turno diurno houve uma diminuição em 2005, voltando a crescer em 2006. No turno noturno percebe-se crescimento contínuo, média de 26% a cada ano. O maior número de vagas é bem maior no noturno (53.665), porém registra-se um maior número de vagas não preenchidas nesse turno (25.556). Um dos grandes motivos da existência de vagas não preenchidas pode estar relacionado com a dificuldade que o estudante trabalhador universitário tem para manter-se no curso. Registra-se um crescimento na oferta de vagas no turno noturno de 219,4% no período em análise e de 151,7% no turno diurno.

Tabela 08 – Vagas ofertadas, ingressos no vestibular e outros processos seletivos e vagas remanescentes segundo os turnos de funcionamento nas IES em Goiás de 2000 a 2005

Ano	Total de Vagas	Diurno			Noturno		
		Vagas	Ingresso Vestibular e outros processos	Vagas não preenchidas	Vagas	Ingresso Vestibular e outros processos	Vagas não preenchidas
2000	29.802	13.002	11.385	-1.617	16.800	14.878	-1.922
2001	39.788	17.593	15.025	-2.568	22.195	18.770	-3.425
2002	51.819	22.237	17.023	-5.214	29.582	23.340	-6.242
2003	61.238	25.693	18.615	-7.078	35.545	24.307	-11.238
2004	71.825	30.764	19.507	-11.257	41.061	24.284	-16.777
2005	75.388	29.293	18.579	-10.714	46.095	26.381	-19.714

2006	86.397	32.732	19.117	-13.615	53.665	28.109	-25.556
2000/2006 Δ %	189,9	151,7	67,9	742,0	219,4	88,9	1229,7

Fonte: INEP/MEC - 2006

Mesmo contando com os incentivos das bolsas (Programa Bolsa Universitária¹⁰, ProUni, FIES), a maioria dos estudantes trabalhadores assalariados colaboram financeiramente na realização dos cursos. Assim, muitos estudantes trabalhadores, mesmo contando com a Bolsa, apresentam dificuldades financeiras.

3. O Ensino Médio e a demanda por educação superior em Goiás

Para demonstrar uma possível demanda por educação superior em Goiás consta na Tabela 09 o total de alunos matriculados no ensino médio de acordo com as redes de ensino: federal, estadual, municipal e particular segundo os turnos de funcionamento – diurno e noturno no período de 2004 a 2006.

Tabela 09 - Matrículas no Ensino Médio segundo as redes de ensino e turnos de funcionamento 2004 a 2006

Ano	Rede	Total Diurno	%	Total Noturno	%
2004	Federal	1.570	1,1	1.570	0,6
	Estadual	113.098	76,0	236.772	86,0
	Municipal	275	0,2	756	0,3
	Particular	33.836	22,7	36.055	13,1
Total:		148.779	100,0	275.153	100,0
2005	Federal	1.671	1,0	1.671	0,6
	Estadual	117.979	77,3	232.136	86,0
	Municipal	273	0,2	693	0,1
	Particular	34.301	21,5	35.852	13,3
Total:		152.553	100,0	268.681	100,0
2006	Federal	1.491	0,9	1.524	0,5
	Estadual	126.560	78,0	242.515	86,3
	Municipal	365	0,1	715	0,2
	Particular	34.431	21,0	35.993	13,0
Total:		161.356	100,0	279.223	100,0

Fonte: SEE/SUDA (Censo Escolar 2004-2006)

¹⁰ Os recursos do Programa Bolsa Universitária, em Goiás, são disponibilizados para as IES e não para o estudante, o que o impede de optar pela universidade ou faculdade de sua preferência.

Percebe-se que a rede estadual de ensino congrega maior número de matrículas no ensino médio, seja no turno diurno ou noturno, seguida pelas redes particular e municipal, no período de 2004 a 2006. O total de matrículas na rede estadual evidencia crescimento no período analisado. Em 2005, observa-se uma queda no total de matrículas, voltando, no entanto, a crescer no ano seguinte. O setor privado vem basicamente mantendo a sua oferta nos três anos examinados nos dois turnos, diurno e noturno.

Para discorrer sobre matrículas no ensino superior fazem-se necessário apresentar os concluintes do ensino médio acreditando serem estes os possíveis candidatos a uma vaga no ensino superior. Portanto, consta na Tabela 10 os concluintes do ensino médio segundo a categoria administrativa e de acordo com os turnos de funcionamento no período de 2000 a 2005 (GOVERNO DE GOIÁS, SEE, 2007).

Tabela 10 - Concluintes do ensino médio segundo a categoria administrativa e turnos de funcionamento 2000 - 2005

Ano	Total	Público						Privado			
		Federal		Estadual		Municipal		Total	Diurno	Noturno	Total
		Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno				
2000	52.396	588	131	13.361	30.680	95	313	45.168	6.254	974	7.228
2001	55.446	451	53	14.726	31.552	71	211	47.064	7.210	1.172	8.382
2002	58.332	436	-	17.039	31.963	42	166	49.646	7.810	876	8.686
2003	54.239	293	-	16.434	28.119	55	116	45.017	8.192	1.030	9.222
2004	54.593	352	-	17.860	26.923	40	83	45.258	8.709	626	9.335
2005	53.093	350	-	18.530	25.701	66	79	44.726	7.913	454	8.367

Fonte: SEE/SUDA (Censo Escolar 2004-2006)

A Tabela 10 mostra que 53.093 estudantes concluíram o ensino médio em 2005, sendo 84,2 % no setor público e 15,8% no setor privado. Deste total, 44.726 pertenciam ao sistema público: federal (350), estadual (44.231) e municipal (145), ou seja, 84,2% do total dos concluintes. O sistema privado ficou responsável por 8.367 alunos o que corresponde a 15,8% dos concluintes. Observa-se certa diminuição no número de concluintes do setor privado, sobretudo em 2005, tanto no diurno como no noturno.

Percebe-se que os maiores números de concluintes, no período de 2000 a 2005, encontram-se no setor público estadual, seguido pelo privado. Quanto aos turnos de funcionamento a rede estadual de ensino supera as demais redes, tanto no turno diurno quanto

no noturno. O setor privado registra maior número de concluintes no turno diurno. De modo geral, observa-se um declínio no número de concluintes tanto no setor público como privado no turno noturno, sobretudo no período 2003 a 2005, o que evidencia, provavelmente, as dificuldades que os estudantes trabalhadores têm para se dedicar aos estudos.

Como se pode observar, o total de vagas ofertadas em Goiás (86.397), em 2006, já é bem superior ao número de concluintes no ensino médio (53.093). Esse fenômeno explica, em parte, o número de vagas não preenchidas em IES privadas. Além disso, permite questionar a situação de expansão e de qualidade do ensino médio, o que inclui as baixas taxas de conclusão, o crescimento desordenado da educação superior na última década por meio de IES privadas, o esgotamento da capacidade de pagamento da população em cursos privados e os percentuais tímidos de expansão do setor público no tocante a oferta de educação superior, em especial no turno noturno.

4. Expansão e democratização da educação superior em Goiás

A expansão do ensino superior está fortemente associada à expansão do ensino médio e permite supor que políticas mais rigorosas devem ser implementadas para atingir a cobertura de 30% da população de 18 a 24 anos até 2011, como prevê o PNE¹¹. Observa-se na Tabela 11 que, pelas projeções, a população do Brasil e de Goiás deve crescer no período 2005 a 2014, ao mesmo tempo em que o número de jovens de 18 a 24 anos vai decrescer anualmente. Mesmo assim, verifica-se que Goiás terá que realizar um grande esforço de expansão para atender o percentual de 30% dessa população, o que inclui maior investimento em educação superior, considerando o PIB do estado¹².

Tabela 11 - Projeções das populações brasileira e goiana e de jovens com idade entre 18 e 24 anos (2005-2014)

Ano	População Brasileira	População Goiana	Brasil: jovens 18 a 24 anos	Goiás: jovens 18 a 24 anos	Goiás: 30% de jovens 18 a 24 anos
2005	184.184.264	5.619.917	24.824.089	736.413	220.924
2006	186.770.562	5.730.753	24.808.038	740.117	222.035

¹¹ O Estado de Goiás possui uma população residente de 5.628.592, segundo IBGE/PNAD-2005, o que representa 3,0% da população brasileira, com maioria (4.925.018 - 87,5%) residindo nos centros urbanos. É considerado o 12º Estado mais populoso da federação e o 1º da Região Centro-Oeste.

¹² Em 2005, Goiás registrou um PIB de 50.536 milhões, com uma taxa de crescimento de 4,22%, o que representou 2,35% do PIB do Brasil.

2007	189.335.118	5.840.657	24.703.957	741.026	222.308
2008	191.869.683	5.949.276	24.497.264	738.655	221.596
2009	194.370.095	6.056.431	24.152.428	731.884	219.565
2010	196.834.086	6.162.026	23.787.844	724.266	217.280
2011	199.254.414	6.265.749	23.512.977	719.145	215.743
2012	201.625.492	6.367.362	23.291.381	715.443	214.633
2013	203.950.099	6.466.983	23.115.638	712.967	213.890
2014	206.230.807	6.564.723	22.989.841	711.874	213.562

Fonte: IBGE - Tendências Censo 1992-2020

Elaboração: SUES/SECTEC (2005)¹³

Dados do PNAD – 2006 (IBGE, 2008) registram que a população economicamente ativa com maior índice de escolaridade possui 11 anos de estudos (863 mil pessoas), ou seja, propensa a ingressar em algum tipo de curso de graduação superior, conforme expressa a Tabela 12. Deste total, se comparada com o número de vagas ofertadas nos cursos de graduação (86.397 – Tabela 08), em 2006, as IES atenderam apenas 10% desta população¹⁴.

Tabela 12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (População Economicamente Ativa - PEA no Estado de Goiás) por situação, sexo e anos de estudo – 2005

(Mil pessoas)

Grupos de anos de estudo	Total	Homem	%	Mulher	%	Classificação
1 ano	104	56	1,16	48	0,99	12°
2 anos	198	112	2,34	86	1,79	9°
3 anos	307	164	3,41	143	2,97	6°
4 anos	595	304	6,33	291	6,07	2°
5 anos	376	197	4,1	179	3,73	4°
6 anos	294	144	2,99	150	3,12	7°
7 anos	336	165	3,43	171	3,55	5°
8 anos	439	219	4,56	220	4,59	3°
9 anos	191	90	1,87	101	2,11	11°
10 anos	194	98	2,04	96	2	10°
11 anos	863	388	8,08	475	9,88	1°

¹³ Superintendência de Ensino Superior / Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – responsáveis pela elaboração e implementação do Plano Diretor para a Educação Superior no Estado de Goiás 2006-2015.

¹⁴ Dados, sobre a *População Economicamente Ativa* (PEA) do Estado de Goiás e que refletem sua força de trabalho, podem ser assim sintetizados: a) a população economicamente ativa em Goiás é de 4,6 milhões de pessoas; b) dessa população, 33,9% (1.571.803) possuíam algum tipo de emprego em 2005; c) a PEA na faixa de idade entre 18 e 24 anos é de 723.084, o que corresponde a 15,6% da população total do Estado; d) do total de jovens entre 18 e 24 anos de idade, 49,5% (357.665) estavam trabalhando, sendo que, apenas, 30,0% estavam com carteira de trabalho assinada em 2005; e) do total de jovens empregados na faixa de idade entre 18 e 24 anos, 65,2% eram homens e 34,8% eram mulheres; f) a maioria da PEA tem 11 anos de estudos (17,1%), sendo a maior parte composta por mulheres, seguida por 4 (12,1%) e 5 (8,7%) anos de estudos; g) a PEA com 15 anos ou mais de estudos é de 4,5% (209.742), ou seja, com ensino superior completo.

12 anos	79	33	0,69	46	0,95	13°
13 anos	58	25	0,53	33	0,68	15°
14 anos	66	24	0,49	42	0,88	14°
15 anos ou mais	227	92	1,92	135	2,8	8°
Não determinados e sem declaração	18	7	0,15	11	0,22	16°

Fonte: IBGE/PNAD – 2008

Em que pese o processo de expansão na última década, principalmente, no setor privado, devido, talvez, a ausência de critérios técnicos mais rigorosos por parte dos órgãos normativos e fiscalizadores, a situação da educação superior em Goiás, se comparada com outros estados brasileiros, ainda, é preocupante.

O mais recente programa para atender a demanda existente no estado de Goiás, especialmente, no turno noturno, é da UFG que apresentou, em 2007, o projeto: “Ifes: Expansão Noturna: Democratização do Acesso, Pesquisa e Autonomia: Transformação Social” (UFG, 2007). Segundo Amaral, “A proposta é estabelecer um equilíbrio entre a graduação diurna e noturna sem que se esqueça a pós-graduação e a pesquisa desenvolvidas nas universidades”. Como toda realização sobre expansão, principalmente nas IFES, Amaral (2007) diz ser necessário uma “política adequada” para que essas instituições consigam fazer a expansão noturna dos cursos de graduação e isso “significa planejar a expansão, estabelecer metas a serem alcançadas e as financiar adequadamente”.

Amaral (2007) afirma ainda que:

uma expansão construída sobre essas premissas reforçaria o papel regional de cada Ifes, incrementaria a importância das instituições na transformação da realidade social brasileira, aproveitaria toda a capacidade física já instalada para atender o período diurno, propiciaria oportunidade de formação profissional, com qualidade, a mais 300.000 jovens brasileiros etc. Essa expansão noturna, adicionada às políticas afirmativas atualmente em discussão no País permitiria uma ampliação do processo de inclusão, uma vez que estudos recentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostram que a abertura de cursos de alta demanda no período noturno propicia a entrada de jovens oriundos de famílias com faixas salariais menores que dos cursos diurnos e com distribuição étnica mais próxima da existente na população brasileira. (www.ufg.br em 18/02/2007)¹⁵

¹⁵ Neste mesmo sentido, segundo nota do Jornal A Tribuna, em 16/02/2007, o MEC exige mais cursos noturnos. “A reformulação das universidades federais proposta pelo Ministério da Educação prevê a ampliação do número de cursos noturnos e redução de vagas ociosas. O ministério também quer condicionar o repasse de recursos adicionais a reformas curriculares e de gestão acadêmica que melhorem tanto a qualidade do ensino quanto a eficiência das instituições. A meta para 2012, caso haja adesão de todas as 55 instituições federais de ensino superior, é abrir vagas anualmente para 229 mil novos estudantes, num aumento de 89%. Em 2005, 121 mil alunos ingressaram nas federais”.

A expansão da educação superior é uma demanda constante da sociedade goiana como parte constitutiva das prioridades e das ações do Estado, em sintonia com os padrões de regulação e gestão emanados pelos órgãos normativos. Este processo expansionista indica que as políticas empreendidas nas últimas décadas buscam elevar os índices de escolarização da força de trabalho, qualificando os trabalhadores para as alterações produtivas, inovações tecnológicas e crescimento econômico do Estado.

Os dados da expansão, no entanto, evidenciam alguns limites. O crescimento acentuado do setor privado implicou em um percentual de vagas não-preenchidas, assim como de elevação do número de inadimplentes nas IES privadas. Isso significa que boa parte dos estudantes não conseguem pagar suas mensalidades, em razão da sua condição de renda. Há, portanto, um “esgotamento da capacidade de pagamento por um curso de nível superior, sobretudo pelos segmentos da população com menor poder aquisitivo” (OLIVEIRA; et alli., 2006, p.79). Por essa razão, como afirma Oliveira et alli (2006, p.78), “Goiás foi o primeiro estado brasileiro a implantar um programa de bolsa universitária com recursos do Tesouro Estadual, o que, em certa medida, amenizou e continua a abrandar a crise de demanda e as altas taxas de inadimplência das IES privadas do estado”.

Os dados do IBGE, da Tabela 13, confirmam a situação do baixo poder aquisitivo das famílias no Brasil, no Centro Oeste e também em Goiás. Observa-se que boa parte das famílias em Goiás, ou seja, 1.055, de um total de 1.920, percebem até três salários mínimos. Isso significa que poucas famílias poderiam arcar com os custos de mensalidades e outras despesas em cursos superiores de IES privadas. O baixo rendimento das famílias evidencia também a necessidade de apoio financeiro aos estudantes mesmo em IES públicas, tendo em vista os gastos com transporte, alimentação, material didático e outros.

Tabela 13 – Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias (2007)

(Mil Unidades)

Brasil, Região Geográfica e Unid. da	Total	Até 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Sem rend.	Sem decl.
--------------------------------------	-------	----------	----------	----------	----------	-----------	------------	---------------	-----------	-----------

Federação										
Brasil	60.105	8.473	13.399	10.114	11.215	8.568	3.673	1.514	1.627	1.522
Centro-oeste	4.409	504	1012	796	830	626	303	177	118	43
Goiás	1.920	250	446	359	385	270	108	39	56	7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008)

Portanto, uma efetiva democratização da oferta de ensino superior precisa considerar que a população brasileira e goiana não dispõe de renda suficiente para arcar com os custos de um curso superior. Assim, será necessário certamente maior investimento do poder público na democratização desse nível de ensino, sobretudo se considerarmos a meta do PNE que prevê atender 30% da população de 18 a 24 anos até 2011 e, ainda, que o setor público responda por, no mínimo, 40% das matrículas em cursos de graduação.

Considerações finais

A oferta de educação superior no estado de Goiás evidencia que ainda estamos longe de atender, pelo menos, o percentual de 30% da população entre 18 e 24 anos, conforme estabelece o PNE. Nesse cenário, a democratização ao ensino superior por meio de uma maior expansão dos cursos noturnos, sobretudo em IES públicas, é uma necessidade premente, em especial porque a oferta atual é caracterizada pela predominância do setor privado no tocante às IES, vagas e matrículas. Não se pode descuidar também a necessidade de democratizar o acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade aos cursos de tempo integral que normalmente são os mais elitizados nas instituições. O acesso e a permanência nesses cursos, assim como nos cursos do período diurno implicam, certamente, em políticas públicas de inclusão social dos estudantes trabalhadores, a exemplo das bolsas permanência e do apoio financeiro para o transporte, residência e acesso a livros e mídia em geral.

Como se pode observar, a educação superior em Goiás vivencia, desde a segunda metade da década de 1990, uma expansão margeada pela abertura de novas instituições, diversificação de cursos, especialmente com cursos superiores de tecnologia, pela ampliação de vagas, sobretudo, no turno noturno e interiorização das IES, dentre outras. Vale ressaltar que essa política de expansão da educação superior configura-se a partir de movimentos assíncronicos, caracterizando a realidade desse nível de ensino em Goiás como ampla e heterogênea, permeada por práticas de natureza pública e privada, com predominância no setor privado.

De modo geral, os dados do Censo da Educação Superior 1991 a 2006, revelam que Goiás vivenciou um processo de expansão acelerada (instituições, cursos e vagas), no período pós-LDB, em razão de processos mais flexibilizadores para o credenciamento de IES e reconhecimento de cursos, em âmbito federal e estadual, e o crescimento da demanda por educação superior no período. Grande parte desse crescimento se deu, no entanto, de maneira desordenada, tendo por base um processo de diversificação e de privatização da oferta.

Vale salientar que, neste processo de expansão acelerada, ocorreu a criação da UEG, instalada por meio de Unidades e Pólos Universitários, em mais de 50 municípios goianos e que, em 2006, ofertou 109 cursos de graduação presencial, sendo a maioria no turno noturno, principalmente nas unidades do interior. Além disso, em outra direção, o governo de Goiás foi o primeiro a implantar um Programa de Bolsa Universitária com recurso do Tesouro Estadual. Esse Programa já atendeu mais de 70 mil estudantes em IES privadas que não tinham condições de pagar suas mensalidades. Tal processo certamente amenizou as altas taxas de inadimplência das IES privadas do estado, assim como viabilizou o funcionamento de várias instituições.

Vive-se, pois, uma realidade bastante complexa em termos do acesso e democratização da oferta de educação superior em Goiás. Embora tenha ocorrido um crescimento considerável, tanto privado como público, ainda se está longe dos parâmetros de uma real democratização desse nível de ensino, sobretudo em termos de acesso, permanência e conclusão, e, ainda, em termos de qualidade da oferta de cursos para os estudantes-trabalhadores.

Referências

AMARAL, N. C. Expansão Noturna: uma necessidade social. In: Portal da UFG. Disponível em <<http://www.ufg.br>> Acesso em 18/02/2007.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD. Brasília-DF, 2008.

BRASIL. INEP/MEC. Censo da Educação Superior 2005. Brasília-DF, 2006b.

BRASIL. INEP/MEC. Educação Superior Brasileira: 1991 a 2004 - Goiás. Brasília-DF, INEP, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Universidade para Todos. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 09/02/2007.

CATANI, Afrânio M; OLIVEIRA, João F. Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

DOURADO, Luiz, F. *A interiorização da educação superior e a privatização do público*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

DOURADO, Luiz F; CATANI, Afrânio M; OLIVEIRA, João F. (Organizadores). Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo : Xamã; Goiânia : Alternativa, 2003.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. A LDB do Estado de Goiás Lei nº26/98: análises e perspectivas. Goiânia : Editora Alternativa, 2001. p.69-84

FURLANI, Maria Lúcia Teixeira. A claridade da noite: os alunos do ensino noturno. São Paulo : Cortez, 1998.

GOVERNO DE GOIÁS. Organização das Voluntárias de Goiás. Disponível em <<http://www.ovg.go.gov.br>> Acesso em 09/02/2007

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás 2006-2015. Goiânia, 2006.

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Censo Escolar. 1999 a 2006. Goiânia-GO, 2007

OLIVEIRA, João F. de. Liberalismo, educação e vestibular: movimentos e tendências de seleção para o ingresso no ensino superior no Brasil a partir de 1990. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994. p.87-143

OLIVEIRA, João F. de et alli. Educação Superior no Estado de Goiás: 1991-2004. Brasília: INEP, 2006.

PUCCI, B; OLIVEIRA, N. R; SGUISSARDI, V. O ensino noturno e os trabalhadores. 2. ed. São Carlos : EDUFSCar, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Relatório de Gestão - dezembro. Anápolis-GO. 2006.